

**LEI N.º 801/2015**

“Dispõe sobre doação de terrenos do município de Alagoinha - PE, para fins que especifica e dá outras providências”.

**MAURÍLIO DE ALMEIDA SILVA**, Prefeito Municipal de Alagoinha - PE, no uso de suas atribuições legais, conferidos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar lotes de terrenos de sua propriedade, dentro dos limites deste Município, dentro do programa “POCILGA COMUNITÁRIA”, criado por esta Lei, localizado no Sítio Tinguir, Alagoinha - PE, tudo conforme Projeto de Loteamento em anexo, com um total de 195 (cento e noventa e cinco) lotes, com a finalidade específica de construção de criadouros de animais na forma autorizada pelo autoridade competente do Município de Alagoinha – PE.

**Parágrafo único** Os lotes deverão seguir o padrão adotado no Projeto de Loteamento em anexo.

**Art. 2º.** Os lotes autorizados para doação destinam-se exclusivamente à construção de criadouros comunitários, a serem construídas pelos donatários, com recursos próprios ou mediante financiamento, os quais deverão preencher os requisitos estabelecidos nesta Lei.

**§ 1º** Poderá o Município de Alagoinha, oferecer apoio técnico para os donatários em todas as etapas da construção.

**Art. 3º.** As obras de construção, previstas nesta Lei, deverão ser iniciadas no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data de assinatura do instrumento de promessa de doação ou de documento equivalente, e finalizadas nos 6 (seis) meses, subsequentes ao início da obra.

**Art. 4º.** Qualquer encargo civil, administrativo, trabalhista e ou tributário que incidir sobre o imóvel doado pela municipalidade ficará a cargo do donatário.

**Art. 5º.** O descumprimento de qualquer dispositivo desta Lei ou desvio da finalidade da doação a que se propõe, ou ainda, se houver alienação, a qualquer título, oneroso ou gratuito do imóvel a outrem pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos fará reverter este, independentemente de notificação extra ou judicial, com todas as benfeitorias e instalações neles introduzidas ao Município e não terá o donatário direito a nenhuma indenização ou compensação.

**Parágrafo único.** Em caso de falecimento antes ou mesmo depois de iniciada a construção, e mediante a impossibilidade de fazê-la por seus sucessores, o imóvel reverterá ao Município, com direito de indenização ou compensação aos sucessores, pelo novo beneficiário ou pelo município.

**Art. 6º.** O lote revertido ao Município poderá ser prometido por doação a outra pessoa inscrita junto aos órgãos responsáveis pela habilitação, observada a ordem de classificação.

**Art. 7º.** Poderão habilitar-se no programa pessoas interessadas que preencherem, concomitantemente, os seguintes requisitos:

I- residentes naturais do Município de Alagoinha;



- II- residentes no Município de Alagoinha há pelo menos 02 (dois) anos;
- III- ter domicílio eleitoral no Município;
- IV- renda familiar não superior a 03 (três) salários mínimos;
- V- não ter sido contemplado por outro programa de com a mesma finalidade desenvolvido pelo Município, Estado ou União;
- VI- ter filho em idade escolar devidamente matriculado em estabelecimento de ensino municipal, com frequência satisfatória, salvo motivo de força maior;
- VII- ser maior de idade;
- VIII- apresentar termo de compromisso assinado de construir um criatório de animais, na forma autorizada pela , constando a metragem que pretende Vigilância Sanitária do Município.

**Parágrafo Único:** A habilitação, que é única, dar-se-á mediante inscrição feita na Secretaria de Obras do Município e se efetivará após análise de investigação social com acompanhamento de Assistente Social do Município, exigindo dos interessados, no ato, os seguintes documentos de apresentação obrigatória:

- I- prova de identificação;
- II- prova de rendimentos de todos os componentes da entidade familiar, quando for o caso, inclusive de seus filhos e dependentes;

III- prova de constituição de entidade familiar;

IV- prova de residência;

V- prova de domicílio eleitoral;

VI- termo de compromisso assinado quanto a destinação do imóvel que eventualmente lhe seja doado para uso exclusivo de construção de criadouro de animais nos termos da doação que firmar com o Município.

**Art. 8º.** A classificação dos habilitados para os loteamento sociais dar-se-á segundo o grau de necessidade socioeconômica, respeitados os seguintes critérios que serão analisados por equipe da Secretaria de Obras em conjunto com profissionais de Assistência Social do Município, considerando-se, para todos eles, a situação declarada no ato inscrição:

I- situação de emprego do candidato;

II- renda familiar média;

III- idade dos filhos ou dependentes;

IV- número de filhos e dependentes;

V- residência e local de trabalho;

VI- idade do candidato;

VII- não ter sido contemplado com programas com a mesma finalidade, no âmbito municipal, estadual ou federal.



**Art. 9º.** Os critérios enumerados no artigo anterior deverão fornecer subsídios para classificação nos loteamentos atendendo prioritariamente o habilitado que apresente maior necessidade.

**Parágrafo Único:** Para fins de desempate, serão utilizados os seguintes critérios, e na ordem que se segue:

I- mais idoso, contados por dia, inclusive cônjuge;

II- maior número de filhos;

**Art. 10.** Encerradas as inscrições e realizados os procedimentos seletivos e de classificação, divulgar-se-á por edital publicado na imprensa utilizada pelo Município e afixado na sede da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Vereadores de Alagoinha, a relação dos contemplados nos loteamentos sociais do Município.

§ 1º O interessado poderá impugnar a contemplação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do edital, por escrito e com as razões de sua manifestação em anexo, junto a Secretaria de Obras, sob pena de não ser conhecida a impugnação.

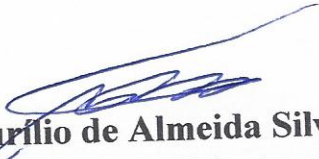
§ 2º Da decisão da Secretaria de Obras caberá recurso ao Prefeito Municipal que prolatará decisão.

**Art. 11.** A distribuição dos imóveis será feita depois de julgados todos os recursos e homologação final da habilitação.

**Parágrafo Único:** Entre os classificados, os lotes serão distribuídos por sorteio dentro da localização constante nos Projetos de Loteamento em anexo.

**Art. 12.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 23 de dezembro de 2015.

  
**Maurílio de Almeida Silva**  
Prefeito Municipal